



Correspondência dos autores

1 Universidade Federal de Minas Gerais, MG - Brasil
cleidevf@gmail.com

2 Universidade Federal de Minas Gerais, MG - Brasil
cintia.eci.ufmg@gmail.com

2 Universidade Federal de Minas Gerais, MG - Brasil
professorfredericomafra@gmail.com

Implementação da Resource Description e Access (RDA): aspectos relevantes para a gestão de bibliotecas

Cleide Vieira de Faria¹  Cíntia Azevedo Lourenço² 
Frederico Cesar Mafra Pereira³ 

RESUMO

Introdução: Resource Description and Access (RDA) são diretrizes que orientam a criação de metadados dos recursos informacionais disponibilizados nos catálogos online das bibliotecas. Compreende-se que elaborar estratégias para administrar a implementação da RDA facilita o processo e motiva a comunidade bibliotecária a adotar a nova norma.

Objetivo: Apresentar os aspectos relevantes que possam contribuir para o gerenciamento da implementação da RDA nas bibliotecas. **Metodologia:** Pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa, por meio das bases Portal Capes, Scopus Elsevier, Brapci, BDTD, OasisBr, com uso da técnica de análise de conteúdo Bardin (2011). **Resultados:** Apresentação dos aspectos considerados relevantes em categorias: (1) Recursos humanos e financeiros; (2) RDA Toolkit (3); Treinamento em RDA; (4) Procedimentos de catalogação: decisões, políticas e documentações; (5) Preparação do sistema de gestão de bibliotecas; (6) Suportes e ferramentas tecnológicas.

Conclusão: A implementação da RDA nas bibliotecas envolve inovações, oportunidades e desafios. A biblioteca inova ao alinhar-se às práticas contemporâneas das demais bibliotecas, facilitando a troca de dados durante a catalogação, preparando-a para um futuro com dados vinculados. Considera-se como oportunidade a capacitação dos profissionais em catalogação, a melhoria dos serviços, como a atualização das documentações e o fortalecimento do controle de autoridades. Os desafios incluem os custos de implementação, a necessidade de tradução da ferramenta RDA Toolkit, a elaboração eficaz do treinamento para a equipe e das políticas de catalogação; e a preparação do sistema de gestão de bibliotecas. Superar esses desafios exigirá esforços coordenados e estratégias sólidas para garantir uma transição suave e bem-sucedida para a RDA.

PALAVRAS-CHAVE

Resource Description and Access. RDA. Gestão de bibliotecas

Implementation of Resource Description and Access (RDA): relevant aspects for library management

ABSTRACT

Introduction: Resource Description and Access (RDA) are guidelines that guide the creation of metadata for information resources available in libraries' online catalogs. It is understood that developing strategies to manage the implementation of the RDA facilitates the process and motivates the library community to adopt the new standard. **Objectives:** present the relevant aspects that can contribute to the management of

RDA implementation in libraries. **Methodolog**: Bibliographic research with a qualitative approach, using the Portal Capes databases, Scopus Elsevier, Brapci, BDTD, OasisBr and used content analysis as a technique Bardin (2011). **Result**: presentation of aspects considered relevant in categories: (1) Human and financial resources; (2) RDA Toolkit; (3) RDA training; (4) Cataloging procedures: decisions, policies and documentation; (5) Preparation of library management system; (6) Technological supports and tools. **Conclusion**: The implementation of RDA in libraries involves innovations, opportunities and challenges. The library innovates by aligning itself with the contemporary practices of other libraries, facilitating data exchange during cataloging, preparing it for a future with linked data. It is considered an opportunity to train professionals in cataloging, improve services, such as updating documentation and strengthening authority control. Challenges include implementation costs, the need to translate the RDA Toolkit, the effective development of staff training and cataloging policies; and the preparation of the library management system. Overcoming these challenges will require coordinated efforts and solid strategies to ensure a smooth and successful transition to the RDA.

KEYWORDS

Resource Description and Access. RDA. Library management.

CRediT

- **Reconhecimentos**: Não aplicável.
- **Financiamento**: Não aplicável.
- **Conflitos de interesse**: Os autores certificam que não têm interesse comercial ou associativo que represente um conflito de interesses em relação ao manuscrito.
- **Aprovação ética**: Não aplicável.
- **Disponibilidade de dados e material**: Não aplicável.
- **Contribuições dos autores**: Conceituação, Análise Formal, Investigação, Metodologia, Redação – rascunho original: FARIA, C. Escrita – revisão & edição - LOURENÇO, C: Escrita – revisão & edição - PEREIRA, F.
- **Imagem**: Foto da autora extraída do Currículo Lattes

| 1

JITA: IA. Cataloging, bibliographic control

ODS: 9. Indústria, Inovação e Infraestrutura



Artigo submetido ao sistema de similaridade

Submetido em: 16/12/2023 – Aceito em: 03/05/2024 – Publicado em: 14/05/2024

Editor: Gildeenir Carolino Santos

1 INTRODUÇÃO

Resource Description and Access (RDA) foi lançada em 2010, como um padrão para metadados. Segundo RDA Steering Committee (RSC), (2023, online), seu desenvolvimento iniciou como parte do plano estratégico de 2005-2009 para substituir as Regras de Catalogação Anglo-Americanas, 2.^a edição revisada (AACR2r).

O AACR2r foi substituído por não oferecer suporte adequado para descrever recursos informacionais da era digital, especialmente aqueles publicados em novos formatos, como documentos online. A esse respeito, Delsey (2016) confirma que a iniciativa para desenvolvimento da RDA iniciou com o intuito de substituir as regras de catalogação Anglo-Americanas (AACR2r) e de fornecer um novo padrão para a descrição e o acesso de recursos para um ambiente digital em evolução.

O RSC (2023, online, tradução nossa), responsável pela manutenção da norma, define RDA como “[...] um pacote de elementos de dados, diretrizes e instruções para criar metadados de recursos de biblioteca e patrimônio cultural, bem formados, de acordo com modelos internacionais para aplicativos de dados vinculados focados no usuário”.

A implementação da RDA no catálogo da biblioteca tem o objetivo de melhorar a experiência do usuário ao acessar recursos informacionais. Isso inclui a facilitação da descoberta, a recuperação e o acesso a informações relevantes. Com a adoção da RDA, os usuários podem se beneficiar de uma permanência mais consistente e precisa, além de um acesso mais eficiente aos recursos (Oliver, 2021).

No entanto, mesmo com as vantagens para se ter a RDA como norteadora no processo de catalogação nas bibliotecas, é notório que a sua implementação está demorando para acontecer. Quanto a isso, Lourenço *et al.* (2020, p. 72) explica que muito se tem publicado sobre a norma RDA, “[...] porém sua implantação ainda está ocorrendo com morosidade, porque exige treinamento, estudos e tecnologia apropriada, o que acarreta uma delonga para que chegue à maioria das bibliotecas”.

Acredita-se que entender melhor o gerenciamento para a implementação da RDA pode favorecer o processo e incentivar a comunidade bibliotecária a aderir à nova norma. Segundo Maurer e Panchyshyn (2014), as experiências relatadas após a implementação da RDA na biblioteca nacional dos EUA e nas demais bibliotecas nacionais parceiras, National Agricultural Library (NAL), National Library of Medicine (NLM) e outras 23 bibliotecas, evidenciaram relação direta da importância do gerenciamento da implementação da nova norma com o sucesso da RDA.

Para Maurer e Panchyshyn (2014), caso a biblioteca queira fazer a transição bem-sucedida do AACR2r para a RDA, é importante entender os aspectos importantes que precisam ser abordados no gerenciamento para implementação da RDA e saber que a implementação ocorrerá com o padrão Machine Readable Cataloging (MARC), já que vai levar algum tempo no futuro para que a comunidade bibliotecária desenvolva um substituto para ele.

Diante do cenário delineado, que destaca a importância da RDA no processo de catalogação, desencadeando a necessidade de compreender a gestão para a efetiva implementação da nova norma nas bibliotecas, o estudo procurou identificar e analisar publicações que abordassem estudos de caso ou relatos de experiências relacionados ao planejamento para a adoção da RDA. O objetivo é apresentar, a partir desses estudos, os aspectos relevantes, os processos e as experiências que possam contribuir com o gerenciamento da implementação da RDA nas bibliotecas.

Este artigo de pesquisa é um recorte da pesquisa de doutorado, em andamento, que apresenta como tema central a implementação da RDA com base nas práticas de Gestão do Conhecimento.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Após o lançamento da RDA, passaram a ocorrer na literatura estudos e relatos de experiências das bibliotecas que fizeram a transição para o novo código, objetivando apresentar e compartilhar com a comunidade bibliotecária as providências e estratégias necessárias para transição eficiente e bem-sucedida para a RDA.

As publicações sobre implementação da RDA geralmente trazem, além dos conceitos e histórico, orientações e deliberações que podem auxiliar no planejamento para a implementação da norma, como por exemplo, as publicações de Oliver (2011 e 2021) e El-Sherbini (2013).

Oliver (2011, p. 90-104) apresenta três fatores que desempenham papel de apoio para transição do AACR2r para RDA, a saber:

1. RDA Toolkit: ferramenta online que dá acesso à norma RDA. “Como ferramenta da Rede, a RDA suscita novas formas de trabalho com a norma, mas também oferece maneiras que facilitam a implantação da mudança” (p. 90).
2. Codificação e visualização dos dados RDA: a transição requer ajustes no MARC21 para acomodar a codificação de dados RDA. “É possível codificar dados RDA com o MARC21 e preservar a mesma exibição dos dados bibliográficos” (p. 104).
3. Implantação coordenada: consiste em coordenar a implantação em conjunto com outras instituições. Acredita-se que a coordenação de decisões e o compartilhamento de materiais podem facilitar a implementação da RDA. “O desenvolvimento da RDA foi uma iniciativa internacional, e sua implantação será também uma atividade coletiva que atravessa as fronteiras nacionais” (p. 91).

Do mesmo modo, El-Sherbini (2013), na obra “RDA: Strategies for Implementation”, escreve um capítulo com 10 tópicos que orientam o planejamento para implementação da RDA, a saber:

1. Dicas gerais para treinamento para catalogadores.
2. Tomada de decisão dos catalogadores.
3. Integração dos novos registros RDA com os registros legados¹ e tomada de decisão de recatalogar os conjuntos de manifestações.
4. Importação e registro bibliográfico baseado em RDA da Online Computer Library Center (OCLC) para o seu Online Public Access Catalog (OPAC) – Catálogo de acesso público online.
5. RDA e os participantes do Program for Cooperative Cataloging da Library of Congress (PCC).
6. Efeito da RDA na visualização do catálogo.
7. Estratégia para implementação de novos campos MARC21 para acomodar os novos elementos RDA.
8. Ajuste do sistema online para acomodar os novos campos MARC21.
9. Serviços do fornecedor de processamento de autoridade e RDA.
10. Acesso ao registro RDA do Catálogo da Library of Congress e na OCLC.

Em 2014, a revista *Cataloging & Classification Quarterly* publicou uma edição especial, "RDA Around the World," com 14 artigos que versam sobre a implementação da RDA, cobrindo vários aspectos e estágios do planejamento, com relatos e estudos de casos bem detalhados. Segundo Dunsire (2014, p. 583, tradução nossa), os artigos publicados na edição especial possuem informações importantes “[...] para aqueles que

¹ Dados legados, registros legados ou registros herdados são registros com elementos de catalogação anteriores às práticas atuais RDA. Ou seja, em um catálogo em que já foi implementada a RDA poderão existir registros legados ou dados herdados que não possuem elementos de catalogação RDA (Panchyshyn; Park, 2014).

pretendem implementar a RDA, revisar a qualidade de seus dados legados, medir o impacto da globalização da catalogação ou se preparar para a educação e orientação em padrões internacionais”.

Em 2017, a revista *JLIS.it Italian journal of Library Science*, edição especial, v. 9, n.1, 2018 publicou trabalhos apresentados na *Conferência an overview on RDA in Europe: EURIG2017*. Algumas temáticas apresentadas na edição abordam aspectos sobre a implantação da RDA e suas implicações, por exemplo, a tradução da nova norma (*Jlist.it italian journal of library science, 2018*).

Santos e Arakaki (2022) publicaram um estudo que apresenta um panorama dos métodos, técnicas e questões levantadas na literatura sobre a implementação da RDA na América Latina. Do levantamento realizado, encontram-se relatos sobre implementação da RDA das bibliotecas nacionais da Argentina, do Chile, da Colômbia e do México.

Observa-se na literatura, portanto, que, embora a implementação da RDA seja uma temática importante e de interesse da comunidade bibliotecária, existem poucos artigos publicados que versam sobre especificamente sobre o assunto. Por outro lado, os poucos estudos encontrados são, na sua maioria, relatos de experiências de bibliotecas que efetivamente adotaram a RDA, o que os tornam extremamente relevantes e consistentes.

3 METODOLOGIA

O estudo faz uso da pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa, por objetivar identificar e analisar publicações que apresentem estudos de caso ou relatos de experiências sobre a implementação da RDA nas bibliotecas, com o intuito de apurar os aspectos relevantes, os processos e as experiências que possam contribuir com o gerenciamento da transição para a nova norma nas bibliotecas.

Foram selecionadas para execução da pesquisa as bases: Portal Capes, Scopus Elsevier, Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e Portal Brasileiro de Publicações e Dados Científicos em Acesso Aberto (OasisBr), por acreditar que elas refletem bem a produção científica da área contemplando as temáticas e pesquisas nacionais e internacionais.

Foram usados na estratégia de busca os descritores: Resource **AND** Description And Access **AND** Implementation e RDA **AND** Implementation. A análise dos dados deu-se mediante leitura flutuante dos estudos encontrados – Técnica da análise de conteúdo de Bardin (2011).

O próximo capítulo apresenta os resultados da pesquisa bibliográfica com a análise qualitativa dos dados, conforme as categorias estipuladas.

4 RESULTADOS

A pesquisa recuperou um total geral de 135 publicações, sendo 79 no Portal Capes, 30 na Scopus Elsevier, 13 na Brapci, 4 na BDTD e 9 no OasisBr. Do total, foram selecionados para análise qualitativa 17 artigos, por serem estudos de casos ou relatos de experiências específicos sobre implementação da RDA em bibliotecas. Fez-se a leitura na íntegra dos estudos selecionados para extrair os aspectos considerados relevantes para implementação da RDA. Os estudos selecionados estão apresentados no quadro que segue:

Quadro 1. Artigos recuperados sobre implementação da RDA nas bibliotecas

Item	Autores	Biblioteca/país	Abordagem
1	Cronin (2011)	Biblioteca da Universidade de Chicago EUA	Este artigo reflete sobre a experiência em testes de RDA e aborda algumas das principais questões relacionadas ao gerenciamento de sua adoção.
2	Behrens; Frodl; Polak-Bennemann (2014)	Bibliotecas da Alemanha Alemanha	O artigo descreve todos os aspectos relevantes da transição para RDA dentro da comunidade de bibliotecas de língua alemã.
3	Choi; Yusof; Ibrahim (2014)	Biblioteca Nacional de Cingapura Cingapura	Os autores compartilham como a biblioteca formulou sua estratégia de implementação e plano de ação, a adoção e o desenvolvimento do plano, bem como as discussões e decisões marcantes tomadas para implementação da RDA.
4	Emma Cross <i>et al.</i> (2014)	Bibliotecas em todo o Canadá Canadá	Este artigo descreve o progresso feito para implementar a RDA em bibliotecas em todo o Canadá.
5	Goldberga <i>et al.</i> (2014)	Biblioteca Nacional da Letônia Letônia	O artigo oferece informações sobre a implementação da RDA na Biblioteca Nacional da Letônia.
6	Hanford (2014)	Biblioteca Elihu Burritt da Central Connecticut State University EUA	O objetivo deste estudo é revisar a preparação e a implementação da RDA na Biblioteca Elihu Burritt da Central Connecticut State University.
7	Maurer; Panchyshyn (2014)	Bibliotecas da Kent State University (KSUL) EUA	Este artigo descreve em detalhes o gerenciamento de um processo de implementação de RDA por uma biblioteca acadêmica que foi uma das primeiras a adotar o RDA.
8	Parent (2014)	Biblioteca RMIT University (RMIT) Austrália	Este artigo descreve a experiência da biblioteca RMIT na implementação da RDA e, ao mesmo tempo, o investimento de recursos em uma mudança de sistema.
9	Jin; Sandberg (2014)	Biblioteca da Universidade de Illinois em Urbana-Champaign EUA	Este artigo apresenta um estudo de caso implementado na Biblioteca da Universidade de Illinois em Urbana-Champaign que treinou catalogadores em RDA.
10	Turner (2014)	Bibliotecas da Duke University EUA	O artigo é um estudo de caso de treinamento e implementação da RDA em Bibliotecas da Duke University.
11	Morris; Wiggins (2016)	Library of Congress EUA	É apresentado o processo de implementação da RDA pela Library of Congress, Biblioteca Nacional Agrícola e Biblioteca Nacional de Medicina.
12	Wu; Guajardo; Rodriguez (2016)	Bibliotecas da Universidade de Houston (UH) EUA	Este artigo discute o planejamento de implementação de RDA, configuração de sistemas, colaboração de fornecedores, diretrizes locais de RDA, treinamento e comunicação.
13	Martínez Arellano; Santana Chavarría;	Biblioteca Nacional do México (BNM)	Este artigo discute os desafios que a adoção do novo padrão de catalogação RDA significou para

	De La Rosa Valgañón (2017)	Biblioteca e Sistema de Informação da UNAM (SIBIUNAM) México	estas três entidades da UNAM, bem como as ações desenvolvidas em cada uma delas.
14	Quiroz Ubierna (2017)	Biblioteca del Congreso Nacional Chile	Este documento revisa a experiência desenvolvida pela Biblioteca del Congreso Nacional (BCN), que, a partir de agosto de 2012, gerou um projeto para implementação do modelo de catalogação RDA.
15	Aldi (2018)	Biblioteca Casalini Itália	Apresenta de forma sucinta a implementação da RDA na biblioteca Casalini.
16	Bargioni (2018)	Bibliotecas da Unione Romana Biblioteche Ecclesiastiche (URBE) Itália	São discutidos a adoção do Kit de Ferramentas RDA e os problemas relacionados com variantes locais, atualmente examinados em colaboração com a Biblioteca do Vaticano.
17	El-Sherbini (2018)	Biblioteca da Universidade do Estado de Ohio EUA	Discute a evolução da RDA e os desafios de implementação do sistema.

Fonte: Elaborado pelos autores com dados do Portal de Periódicos da Capes; Scopus Elsevier, Brapci, BDTD e OasisBr.

De modo geral, percebe-se na análise qualitativa dos conteúdos das publicações selecionadas que os aspectos mais abordados para a implementação da RDA podem ser agrupados em categorias. Dessa forma, optou-se por classificar os achados dentro de 6 categorias: (1) Recursos Humanos e financeiros; (2) RDA Toolkit; (3) Treinamento em RDA; (4) Procedimentos de catalogação: decisões, políticas e documentações; (5) Preparação do sistema de gestão de bibliotecas; (6) Suportes e ferramentas tecnológicas.

As categorias estipuladas estão demonstradas em síntese no quadro a seguir; e, após, é apresentada a análise de cada uma delas, conforme os achados nas publicações recuperadas na pesquisa bibliográfica sobre implementação da RDA, considerando, também, as teorias pertinentes à área. Acredita-se que isso proporciona um aprofundamento na análise dos resultados obtidos.

Quadro 2. Implementação da RDA: aspectos relevantes

Categorias/autores	Aspectos relevantes: procedimentos e/ou ações
Recursos humanos e financeiros Cronin (2011) Maurer; Panchyshyn (2014) Hanford (2014) Goldberga <i>et al.</i> (2014) Behrens; Frodl; Polak-Bennemann (2014)	Recursos Humanos: <ul style="list-style-type: none"> Bibliotecários, técnicos e equipe de apoio Recursos financeiros: <ul style="list-style-type: none"> Assinatura do RDA Toolkit Capacitação da equipe Elaboração das documentações, material físico e/ou online Preparação do Sistema de Gerenciamento de biblioteca Contratação de prestação de serviços
RDA Toolkit Goldberga <i>et al.</i> (2014) Behrens; Frodl; Polak-Bennemann (2014) Maurer; Panchyshyn (2014) Cronin (2011) Hanford (2014)	<ul style="list-style-type: none"> Aquisição da RDA Toolkit mediante assinatura: ferramenta online que dá acesso à norma RDA Tradução da RDA para o idioma do país da biblioteca Capacitação da equipe para uso da ferramenta Usabilidade da ferramenta Elaboração de material físico e/ou online

<p>Treinamento em RDA Choi; Yusof; Ibrahim (2014) Jin; Sandberg (2014) Parente (2014) Cross <i>et al.</i> (2014) Maurer; Panchyshyn (2014) Turner (2014) Morris; Wiggins (2016) Wu; Guajardo; Rodriguez (2016)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Fontes de informações abrangentes e confiáveis sobre RDA para elaboração do conteúdo do treinamento • Abordagem de conteúdos relevantes: RDA; FRBR; FRAD; Transição de AACR2 para RDA; alterações indispensáveis nos registros MARC; utilização do RDA Toolkit • Organização do treinamento em módulos e para grupos específicos • Apresentação do treinamento em modalidades e formatos diversos: presencial e online, <i>webinars</i> por meio de sessões de treinamento interno e necessidade do treinamento prático e contínuo • Ambiente de aprendizado colaborativo • Revisão constante dos registros RDA recém-criados e discussão contínua das novas regras, sua interpretação e aplicação
<p>Procedimentos de catalogação: decisões, políticas e documentações Maurer; Panchyshyn (2014) Parente (2014) Behrens; Frodl; Polak-Bennemann (2014) Choi; Yusof; Ibrahim (2014) Wu; Guajardo; Rodriguez (2016)</p>	<p>Definição e função:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Documento com as decisões institucionais relativas ao processo de catalogação em RDA • Necessária a compreensão da RDA • Necessária a revisão da documentação local já existente • Abrange escolhas institucionais diante das diversas alternativas e opções apresentadas nas regras da RDA • Define os elementos principais e adicionais da RDA • Orienta na criação dos novos registros, registros híbridos (considerando AACR e RDA) e dados herdados/legados <p>Exemplos de políticas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Políticas para catalogação original (registro novo) • Políticas para catalogação de cópias (registros importados de outras bibliotecas) • Políticas para criação de títulos • Políticas para atualização de registros • Políticas para registros híbridos • Políticas para controle de autoridade • Políticas para dados herdados (registros já existentes no catálogo).
<p>Preparação do sistema de gestão de bibliotecas Maurer; Panchyshyn (2014) Cormenzana López; Lopez-Borrull (2018) Tuso González (2017) Panchyshyn; Park (2014) Wu; Guajardo; Rodriguez (2016)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Codificação e ajustes para os novos campos MARC21 (336, 337, 338) para acomodar a codificação de dados RDA • Adaptação do Sistema de Gestão de Bibliotecas para visualização no catálogo online dos dados RDA • Integração dos novos registros RDA com os registros legados • Verificação da possibilidade de importar registros bibliográficos
<p>Suportes e ferramentas tecnológicas Cross <i>et al.</i> (2014) Behrens; Frodl; Polak-Bennemann (2014) Hanford (2014) Maurer; Panchyshyn (2014)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Ferramentas tecnológicas como <i>wiki, sites, RDA-L</i>. Páginas da web usadas para registrar, organizar, documentar, disponibilizar e compartilhar as informações e os conhecimentos sobre a RDA

Choi; Yusof; Ibrahim (2014)
Morris; Wiggins (2016)

Fonte: elaborado pelos autores.

4.1 Recursos humanos e financeiros

A implementação da RDA exigirá recursos humanos e financeiros que possibilitarão o seu desenvolvimento. Os recursos humanos envolvem a equipe de profissionais, bibliotecários, técnicos e analistas. Os recursos financeiros estão relacionados aos custos necessários para desenvolver a implementação: aquisição de materiais de consumo ou permanente, como equipamentos, soluções e/ou tecnologias da informação; e assinatura do RDA Toolkit.

Sobre os recursos humanos, observa-se nos estudos a necessidade do trabalho em equipe, envolvendo gerentes, bibliotecários, assistentes, especialista em sistemas para execução dos diversos serviços. Cronin (2011) apresenta as atividades relacionadas para a preparação e implementação da RDA com a estimativa de tempo e número de pessoas envolvidas. O autor acredita que as atividades serão comuns à maioria das instituições que irão implementar a RDA. As atividades estão relacionadas no quadro que segue:

Quadro 3. Quantidade de pessoas e tempo estimado por atividade para implementar a RDA

Atividades para implementação	Total de pessoas por atividade	Tempo estimado
Preparação do Sistema para campos RDA	2	5 horas
Criação de registros de teste para o sistema	10	20 a 30 horas
Implementação de exposições públicas para registros RDA	5	10
Revisão da documentação da LC e do PCC e tomada de decisões para políticas locais	13	10 horas
Treinamento FRBR e RDA Toolkit	42	5 horas
Treinamento inicial RDA	42	8 horas
Apresentação para toda a biblioteca sobre RDA	5	1 hora
Preparação "refresher" NACO e BIBCO	15	

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Cronin (2011).

O projeto de implementação da RDA da Biblioteca Nacional de Cingapura contou com uma equipe de 13 profissionais especializados. Dentre esses, “[...] 9 são bibliotecários de metadados que lidam com materiais físicos e digitais, um gerente bibliográfico que dirige o Sistema Automatizado de Biblioteca Integrada de Cingapura (Silas) e três gerentes” (Choi; Yusof; Ibrahim, 2014, p. 609, tradução nossa).

A respeito dos recursos financeiros, nota-se que a implementação da RDA acarretará custo para a Instituição. Conforme descrevem Behrens; Frodl e Polak-Bennemann (2014, p. 689, tradução nossa), “[...] a implementação da RDA certamente produzirá custos na fase de transição, mas espera-se que o compartilhamento de dados em RDA reduza os custos a longo prazo”. Nesse caso, os autores deixam entender que, para implementar a RDA, há custos, mas a implementação permitirá o compartilhamento dos metadados da catalogação, por exemplo, importando registros de outras bibliotecas, o que pode reduzir os custos com a catalogação, com o passar do tempo.

Ainda sobre os custos da implementação, Maurer e Panchyshyn (2014) explicam que é necessário diferenciar os custos com a implementação dos custos considerados contínuos. Custos com a implementação são, por exemplo, com a contratação de fornecedores dos Sistemas de Bibliotecas para indexar, exibir ou implementar novos campos RDA MARC21; ou com a necessidade de migração de um *software* mais antigo para um novo Sistema de Gerenciamento de Bibliotecas, em casos extremos, porque tal

software pode não estar adequado para RDA. O custo contínuo, por exemplo, é a contratação para a modalidade de aquisição da assinatura anual do RDA Toolkit.

É importante salientar que, para obter os recursos financeiros, é necessário contar com o apoio da instituição mantenedora da biblioteca; e essa solicitação do recurso pode ser justificada. Maurer e Panchyshyn (2014) explicam que, para esse fim, os custos se justificam para: educação, viagens, suprimentos, ferramentas e tempo da equipe.

A esse respeito, Goldberga *et al.* (2014) descrevem que, na Letônia, recursos financeiros adicionais foram para aquisição da licença anual do RDA Toolkit. No caso da Biblioteca Nacional da Letônia e de outras bibliotecas científicas do país, essas despesas podem ser incorporadas em seus orçamentos, mas no caso das bibliotecas públicas, não.

Sobre a opção pela contratação da assinatura do RDA Toolkit ou aquisição do formato impresso, Cronin (2011) descreve que, desde o início, optaram por assinar a versão online. Em relação aos motivos, o autor explica que a opção para aquisição impressa a princípio pode parecer mais barata, no entanto, com o passar do tempo, não há como mensurar o custo gasto para aquisição das atualizações dessa versão. Também não há como avaliar os custos de não ter acesso às vantagens do formato online, da ferramenta RDA Toolkit, como os *links* entre as instruções RDA relacionadas com as Declarações de Política da Library of Congress (o sucessor das Interpretações de Regras da Library of Congress), entre a documentação RDA e MARC. O autor reforça que a assinatura da versão online é mais vantajosa que a da versão impressa, porque a RDA Toolkit fica acessível na área de trabalho do catalogador.

Do mesmo modo, Hanford (2014) explica que, apesar da versão impressa da RDA ser mais barata, assinaram a versão online RDA Toolkit devido às informações atuais e aos recursos extras, como as Declarações de Política da Library of Congress e dos mapeamentos e fluxos de trabalho compartilhados.

Além dos custos necessários para aquisição da RDA Toolkit, da capacitação da equipe, da elaboração de material físico e/ou online e preparação do Sistema de Gerenciamento de biblioteca, alguns estudos relataram a necessidade de custos com o controle de autoridade no processo de implementação.

Maurer e Panchyshyn (2014) fazem observação relativa ao aumento de custos para o controle de autoridade com a implementação da RDA. Na experiência dos autores, isso acontece devido ao acréscimo do tempo gasto pela equipe para manutenção desses registros. Primeiro, temporariamente, enquanto os novos títulos RDA também geram relatórios de títulos mais longos e listas de cabeçalhos divididos para a equipe limpar. Em segundo lugar, leva-se mais tempo para a criação do registro de autoridade RDA, devido aos incrementos requeridos pela nova norma para criação do registro.

Os custos com controle de autoridades também são mencionados por Hanford (2014), que explica que, para a implementação da RDA, incluíram um processamento de autoridade RDA especial oferecido pelo fornecedor do sistema de biblioteca, a Library Technologies Inc., que ofertou esse serviço gratuitamente, porém eles solicitaram a criação de uma nova base de arquivo bibliográfico e o recebimento de novos registros de autoridades, o que acarretou custo.

Em relação à possibilidade de redução dos custos para o processo de implementação, Cronin (2011) descreve que o uso de materiais de treinamento já existentes diminuiu os custos locais, visto que não precisaram desenvolver os próprios materiais. Em vez de empenhar recursos em treinamentos, eles concentraram seus esforços para definir e integrar políticas e práticas locais para o programa de treinamento.

Em síntese, observa-se nos estudos que o processo de implementação implica em custos para a biblioteca e/ou para a instituição mantenedora. Existirão custos contínuos, como no caso de a biblioteca optar pela assinatura da ferramenta RDA Toolkit.

E haverá custos circunstanciais, usados apenas para o processo de implementação da RDA, por exemplo, a contratação do fornecedor do *software* de biblioteca para implementar melhoria no sistema de gestão da biblioteca ou a contratação de mão de obra terceirizada para execução de algum processo de catalogação.

4.2 RDA Toolkit

A implementação da RDA tem como condição fundamental a aquisição da norma, seja ela impressa, seja na modalidade de assinatura online. A diferença da RDA impressa para a RDA Toolkit é que a ferramenta online fornece acesso às instruções e diretrizes atualizadas da RDA (Oliver, 2021).

Caso a instituição opte pela assinatura da ferramenta RDA Toolkit, deve-se considerar duas questões: a primeira é o custo, visto que a ferramenta é disponibilizada mediante assinatura. A segunda é o idioma. A ferramenta online é oficialmente publicada em inglês, porém há acordos de tradução com organizações externas, de diferentes idiomas, objetivando fazer a tradução e garantir a qualidade da RDA. Essas traduções da RDA se tornam publicações impressas e/ou podem ficar disponíveis na ferramenta online na RDA Toolkit (RDA Steering committee, 2016, online).

Quanto ao idioma utilizado e à necessidade de tradução da RDA, o estudo apresentado por Goldberga *et al.* (2014), que relata a implementação da RDA na Letônia, chegou à conclusão de que países cuja língua oficial não seja o inglês devem enfrentar desafios significativos ao abordar a tarefa tradução, tais como “[...] a necessidade de uma nova terminologia nacional; consciência da língua e das diferenças culturais; e a necessidade de amostras nacionais, manuais e materiais de treinamento na língua oficial do Estado” (Goldberga *et al.*, 2014, p. 219, tradução nossa).

Os autores explicam que a “[...] tradução é um processo profundamente psicológico. Cada palavra traduzida terá um significado especial na cultura da nação e nas manifestações da consciência e da inconsciência humana” (Goldberga *et al.*, 2014, p. 211, tradução nossa).

Para ajudar o processo de tradução, no glossário RDA existem muitos termos que podem ser encontrados no AACR2 e ISBD, com suas respectivas explicações. No entanto a nova norma apresenta termos novos ainda não utilizados. Nesse caso, é importante observar as diferenças existentes dos termos em AACR2 e RDA e suas respectivas traduções. Por exemplo: "entrada principal" (AACR2) e "título preferencial" (RDA); "cabeçalho" (AACR2) e "ponto de acesso autorizado" (RDA); "autor, compositor, ilustrador, etc." (AACR2) e "criador" (RDA); "designação geral de material (GDM)" (AACR2) e "tipo de conteúdo, tipo de mídia e tipo de portador" (RDA). Determinar a definição contextual dos termos em RDA é essencial para a sua reprodução correta:

No processo de tradução, é importante considerar a terminologia correta e apropriada, para que o termo escolhido em seu sentido consistente possa ser usado em todo o documento, bem como em outros documentos inter-relacionados. Por exemplo, não há uma tradução simples e precisa para o termo "extra/super/impressão gigante" em letão; o termo "declaração de fabricação/produção" em letão tem muitos significados; não há equivalente em letão para o termo "não mediado" (Goldberga *et al.*, 2014, p. 211, tradução nossa).

Goldberga *et al.* (2014, p. 219, tradução nossa), entendem também que, para fazer a tradução da RDA, será “[...] necessário garantir recursos humanos e financeiros adequados. É aconselhável criar grupos de trabalho de investigação e implementação da RDA e também desenvolver uma estratégia adequada”.

Ainda dentro da perspectiva da necessidade de tradução da RDA, o estudo de Behrens; Frodl e Polak-Bennemann (2014, p. 697, tradução nossa) apresenta que, para as bibliotecas da Alemanha, uma “[...] pré-condição fundamental para usar o código de catalogação foi ter o padrão RDA disponível em inglês e na tradução alemã”. A tradução alemã da RDA foi realizada pela Deutsche Nationalbibliothek (DNB), que seguiu “[...] fielmente o original em inglês; o seu objetivo foi tornar a nova norma acessível à comunidade especializada de língua alemã e torná-la mais compreensível”. Para dá acesso à norma, os autores contam que, desde 2012, “[...] a tradução alemã do texto do código de catalogação RDA foi disponibilizada gratuitamente no sítio Web do DNB durante um ano sob a forma de ficheiros Portable Document Format (PDF).” Os autores relatam ainda que o “[...] texto em alemão e uma interface para o usuário em alemão foram disponibilizados em meados de maio de 2013 no RDA Toolkit”. No entanto a

[...] equipe de catalogação na Alemanha, na Áustria e na parte de língua alemã da Suíça deve sempre consultar a versão em inglês da RDA em seu trabalho, pois esta representa a versão mais atualizada porque há sempre um atraso na sincronização da tradução (Behrens; Frodl; Polak-Bennemann, 2014, p. 697, tradução nossa).

Em relação ao custo benefício para aquisição da norma RDA impressa ou online, conforme mencionado por Maurer e Panchyshyn (2014, p. 267, tradução nossa), a RDA Toolkit opera em um modelo de pagamento anual contínuo baseado em assinatura. “[...] O acesso na forma impressa ainda está disponível e é mais barato do que o acesso online”. No entanto observa-se nos estudos que a aquisição na modalidade assinatura da ferramenta RDA Toolkit é um aspecto considerado vantajoso para a implementação da RDA nas bibliotecas.

A esse respeito, Cronin (2011) descreve que a ferramenta RDA Toolkit apresenta as atualizações da norma RDA de forma integrada e centralizada. Tem como suporte um local para criação de fluxos de trabalho, ou seja, integra todos os procedimentos locais de catalogação da biblioteca dentro da ferramenta, centralizando a documentação local e aproveitando a funcionalidade de interconexões dinâmicas entre a documentação da biblioteca com as instruções RDA, LCPSs, MARC e afins. Também é possível compartilhar a documentação local com toda a comunidade do Toolkit. O autor reforça que a opção pela ferramenta online Toolkit na Biblioteca da Universidade de Chicago ajudou a equipe a trabalhar em rede. “O potencial existe para apoiar o compartilhamento de custos e a economia de custos, e o tempo dirá se esse potencial será alcançado” (Cronin, 2011, p. 638, tradução nossa).

Sobre a usabilidade da ferramenta RDA Toolkit, Hanford (2014, p. 159, tradução nossa), relata que, a princípio, considerou que “[...] trabalhar com a RDA Toolkit às vezes era frustrante em termos de conteúdo e navegação”. Mas sua impressão geral foi positiva, pela “[...] perspectiva de ter as diretrizes RDA numa base de dados pesquisável com separadores e hiperligações para documentação e fluxos de trabalho valiosos e de apoio”. A autora declara que “[...] mudar anos de prática usando o arranjo específico de formato do AACR2 para pensar em termos do arranjo FRBR do RDA Toolkit exige algum esforço. Eu não estava tão familiarizada com RDA e FRBR quanto pensava”. Outro aspecto relevante apresentado pela autora são os exemplos de catalogação que constam nos fluxos de trabalho na guia da ferramenta online, considerados úteis. No entanto a autora sentiu falta “[...] de mais variedades de exemplos para formatos audiovisuais” (Hanford, 2014, p. 159).

A dificuldade na navegação na ferramenta online RDA Toolkit também é mencionada no estudo de Cross *et al.* (2014, p. 756, tradução nossa): “Alguns dos desafios

ecoados por todos os tipos de bibliotecas foram a dificuldade em se acostumar a navegar na RDA Toolkit [...]”.

Em suma, pode-se considerar que, apesar dos custos para aquisição da modalidade assinatura, esse tipo de contratação é considerado pelos estudos o mais interessante, podendo trazer benefícios, se forem analisadas as possibilidades que a ferramenta online oferece, que vão além das instruções da RDA, como: acesso às atualizações, facilidade de acesso às regras e integração de todos os procedimentos locais da biblioteca dentro da ferramenta, LCPSs, MARC e afins.

Quanto à tradução, observa-se que o trabalho se configura como um desafio para os países que adotam idioma diferente do inglês. A tradução deve observar os aspectos culturais linguísticos do país, podendo usar como referência as publicações IFLA-LRM, AACR2 e as ISBDs, se essas já tiveram sido traduzidas para o idioma do país. É importante que o processo de tradução da norma RDA seja realizado em colaboração com instituições interessadas, parceiras ou com países que compartilham o mesmo idioma.

4.3 *Treinamento em RDA*

Ao analisar os estudos, fica evidente que o treinamento para implementar a RDA nas bibliotecas é um componente essencial, em constante evolução e repleto de desafios. A formação em RDA abrange o treinamento para os profissionais envolvidos, direta ou indiretamente, na biblioteca. Isso significa que o treinamento se estende para bibliotecários que atuam com a catalogação, serviço de referência, assistentes, usuários etc.

Para entender o desenvolvimento do treinamento para implementação da RDA adotado nos estudos analisados, é necessário apresentar primeiro o papel fundamental desempenhado pela Library of Congress, tanto no processo de desenvolvimento da RDA como na efetiva aplicação dessa nova norma em seu próprio catálogo, e, ainda, como fonte de informação sobre a RDA, capaz de promover aprendizado, por meio da disseminação do conhecimento para a comunidade bibliotecária.

Sobre o papel da Library of Congress – LC – no desenvolvimento da RDA, Morris e Wiggins (2016) explicam que a Library of Congress, juntamente com outras bibliotecas (American Library Association – ALA, British Library, Canadian Committee on Cataloging, Chartered Institute of Library and Information Professionals – UK e National Library of Australia), colaborou e atuou ativamente no desenvolvimento da RDA. A LC foi líder no projeto de teste da RDA para eficácia de custo, realizou programa de treinamento para equipe sobre como usar a RDA e colaborou com outras instituições tanto na preparação para a implementação como no trabalho de acompanhamento em curso.

A preparação da implementação da RDA na LC também foi um trabalho colaborativo com “[...] duas outras bibliotecas nacionais dos Estados Unidos — National Agricultural Library e National Library of Medicine — o Program for Cooperative Cataloging e suas centenas de instituições membros, o grupo American Library Association Publishing e o fornecedor de bibliotecas do setor privado e a comunidade de treinamento” (Morris; Wiggins, 2016, p. 200, tradução nossa).

Em relação ao treinamento para implementação da RDA na LC, Morris e Wiggins (2016, p. 221, tradução nossa) descrevem que a LC “instituiu um programa muito ambicioso para treinar sua própria equipe na aplicação da RDA e na interpretação dos registros da RDA, uma habilidade necessária para bibliotecários de referência”. A LC elaborou o programa e os materiais de treinamento, conforme resumido a seguir:

- Treinamento extensivo para todos os funcionários: cerca de 50 funcionários treinados no verão de 2010. Mais 450 funcionários treinados entre outubro de 2012 e março de 2013.
- Modalidade: 10 cursos foram desenvolvidos separadamente, conduzidos de forma presencial e online.
- Carga horária e estrutura física: 36 horas letivas distribuídas em quatro semanas e três salas de aula com 20 participantes cada, três dias por semana.
- Abordagem do conteúdo para o curso: Fundamentos dos Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos (FRBR); instruções detalhadas sobre RDA; RDA Toolkit com tempo prático extensivo; além de seis horas de prática de autoridade de nome e revisão dos *webcasts* instrutivos de autoridade.
- Pós-implementação:
 - Curso adicional "Catalogação de cópia usando RDA", enfatizando a necessidade de desenvolver e aplicar o julgamento do catalogador no processamento de registros importados. Apresentações sobre o impacto da RDA para funcionários do serviço público do ponto de vista do usuário.
- Formatos diversos dos materiais do curso: manuais em Microsoft Word, apresentações em *PowerPoint* e questionários online, compartilhados no *site* para os catalogadores.
- Treinamento específico para os escritórios da Library of Congress no exterior (Cairo, Islamabad, Jacarta, Nairóbi, Nova Delhi e Rio de Janeiro):
 - Ferramentas, modalidade e formato do treinamento para os seis escritórios: iCohere – plataforma online de aprendizagem e colaboração; treinamento virtual para aproximadamente 100 funcionários; aprendizado ao vivo, assíncrono e individualizado; fóruns de discussão e e-mail para esclarecimentos.
 - Conteúdo: conceitos FRBR, RDA Toolkit, trabalho de autoridade NACO e catalogação descritiva e de periódicos.
 - Resultados do treinamento nos escritórios no exterior: a abordagem de aprendizado combinado foi considerada envolvente e interativa.
- Treinamento online acessível: os desenvolvedores do material didático fizeram esforços especiais para garantir que os materiais do curso no site fossem acessíveis a usuários com deficiências físicas. O treinamento online também foi utilizado pela equipe de deficientes auditivos da Biblioteca, por algumas instituições do PCC e pela equipe de catalogação de materiais audiovisuais e de imagens em movimento da Biblioteca, que trabalha no National Audio-Visual Conservation Center em Culpeper, Virgínia.
- Compartilhamento do material online globalmente: materiais de treinamento compartilhados publicamente para incentivar a implementação. Os materiais foram disponibilizados através de um site público na Web, ampliando o acesso e promovendo aprendizado. Essa prática contribui para a disseminação do conhecimento em escala global.
- Programa de Aprendizado em RDA Remoto: a LC destacou-se ao oferecer o primeiro programa de aprendizado em RDA de forma remota. O programa foi implementado em grande escala, abrangendo os escritórios no exterior da instituição, proporcionando uma experiência de aprendizado dinâmica.

De modo geral, os demais estudos analisados seguem a mesma perspectiva da LC em relação à organização do programa de treinamento. Muitos dos estudos usam os materiais de treinamento produzidos pela LC, que estão disponíveis online como apoio, por exemplo, a equipe das Bibliotecas da Universidade de Houston.

De acordo com o estudo apresentado por Wu, Guajardo e Rodriguez (2016), p. 172-173), o treinamento em RDA para a equipe das Bibliotecas da Universidade de Houston foi conduzido de variadas formas. Primeiramente, elaborou-se um Plano de Treinamento RDA, abrangendo níveis básico e avançado, e a Amigos Library Services ministrou as sessões. Dentre os formatos utilizados, o *webinar* personalizado ao vivo em dois dias, que se destacou como o mais eficaz. Quanto ao conteúdo, o treinamento se concentrou nas regras da RDA para descrição bibliográfica e na ferramenta RDA Toolkit. Além disso, a formação da equipe incorporou os módulos de treinamento RDA online da LC, considerados essenciais devido à variedade de recursos, como vídeos, *slides*, manuais, exercícios e questionários. Os catalogadores participaram de dois *webinars* ao vivo sobre RDA Name Authorities, sendo um deles o " RDA in NACO Training ", patrocinado pelo Program for Cooperative Cataloging (PCC). Foram agendadas sessões online em grupo para abordar tópicos específicos, como o “[...]uso de novos campos RDA no MARC, registro de atributos de pessoas, nomes de família e pessoas jurídicas em registros de autoridade RDA, e tópicos relacionados a obras, expressões, manifestações e itens (works, expressions, manifestations, and items WEMI).” A equipe também realizou testes rápidos disponíveis no *site* do treinamento pelo PCC, participou de discussões sobre temas de treinamento e assistiu ao *webinar* da Association for Library Collections and Technical Services (ALCTS) intitulado "RDA para o não catalogador: o que há nele para você?". Embora destinado ao pessoal que faz atendimento ao público, grande parte do conteúdo desse *webinar* abordou campos e códigos MARC, enriquecendo o conhecimento dos catalogadores sobre RDA.

Percebe-se que o treinamento é parte fundamental para implementação da RDA, requer planejamento eficaz, considerando variáveis como organização direcionada a grupos específicos, fontes confiáveis para a elaboração do conteúdo, definição e abordagem de conteúdo relevante, adoção de treinamento com modalidades e formatos diversos e criação de um ambiente propício ao aprendizado colaborativo.

Sobre a importância do treinamento para a implementação da RDA, Choi; Yusuf e Ibrahim (2014, p. 611, tradução nossa) descreveram que a “[...] formação do pessoal foi identificada como uma área prioritária no plano de ação RDA”. A equipe percebeu ser necessário investir substancialmente tempo e esforço para garantir uma transição eficaz e suave.

Em relação a ministrar treinamento para equipe e/ou grupos específicos, Danskin (2014) descreve que, na British Library, o treinamento foi considerado o aspecto mais intenso da iniciativa. Como estratégia para a organização do treinamento, optaram por elaborá-lo para três tipos distintos de grupos, para atender às necessidades de grupos específicos de funcionários, tais como: treinamento para os ministrantes; para a equipe do processamento, composta por profissionais variados e para os catalogadores.

Do mesmo modo, a biblioteca da University of Illinois at Urbana-Champaign Library (UIUC), diante da pluralidade de perfis da equipe, contendo catalogadores de bibliotecas diferentes, os quais possuíam níveis de habilidade e áreas de especialização diversos, que utilizavam diferentes ferramentas de catalogação, viu em tal situação uma oportunidade para criar uma “[...] atmosfera de aprendizagem, na qual os catalogadores se sentiam motivados a fazer perguntas uns aos outros e aprender de forma colaborativa” (Jin; Sandberg, 2014, p. 221, tradução nossa). Os autores destacaram ainda que as equipes

foram divididas em dois grupos, conforme as modalidades dos documentos para serem catalogados: documentos monográficos e seriados.

Em relação ao conteúdo, Parente (2014) menciona que o treinamento na RMIT teve como foco o FRBR em vez da comparação entre a RDA e o AACR2, “[...] mas omitiu os componentes de autoridade da RDA. O autor acredita que o enfoque de FRBR desenvolveu a familiaridade da equipe com a linguagem da RDA e possivelmente ajudou na orientação do Toolkit” (Parente, 2014, p. 794, tradução nossa).

Jin e Sandberg (2014) descrevem as ações que foram aplicadas para fomentar o treinamento em RDA na UIUC, as quais podem ser classificadas conforme as abordagens: conteúdos relevantes, treinamento para grupos específicos, diferentes formatos; ambiente de aprendizado colaborativo, conforme a seguir:

- conteúdos relevantes:
 - concentração na aplicação do treinamento das entidades FRBR, princípios RDA;
 - principais diferenças entre AACR2 e RDA e exercícios práticos;
 - treinamento específico sobre ferramenta RDA Toolkit em duas sessões;
 - abordagem temática sobre as motivações teóricas da RDA, com o intuito de apresentar a importância das mudanças no novo código de catalogação e como ele pode ser melhor utilizado;
 - elaboração de uma sessão específica do treinamento para debater o tema (devido ao fato de a RDA ser baseada no IFLA-LRM).
- treinamento para grupos específicos
 - treinamento específico sobre RDA para bibliotecários de referência e especialistas no assunto.
- treinamento com modalidades e formatos diversos:
 - ampliação dos *webinars* por meio de sessões de treinamento interno.
- ambiente de aprendizado colaborativo
 - compartilhamento dos materiais, ou seja, foram reutilizados os materiais compartilhados pela Library of Congress e por outras bibliotecas e desenvolvidos novos materiais de treinamento para catalogadores da UIUC, que também podem ser compartilhados com outras bibliotecas por meio do acesso ao site da instituição;
 - disponibilização de canais internos, como wiki, para os catalogadores fazerem perguntas, enquanto criavam registros bibliográficos, e para compartilharem informações internas sobre catalogação em RDA;
 - atuação prática, com início da catalogação dos registros em RDA imediatamente após o treinamento.

| 1

Choi, Yusof e Ibrahim (2014, p. 611-613) detalham a implementação da RDA na Biblioteca Nacional de Cingapura, destacando a elaboração de um plano de treinamento abrangente. Esse plano envolveu a busca por materiais de treinamento online e impressos, a identificação de facilitadores e a condução de treinamentos em fases. Cada fase foi direcionada a grupos específicos de funcionários: membros da equipe do projeto e gerentes, bibliotecários e, por fim, oficiais de biblioteca. Alguns aspectos foram pontuados pelos autores, tais como:

- Fontes de informações abrangentes e confiáveis sobre RDA: necessidade de buscar fontes confiáveis para elaboração do conteúdo. No entanto ocorreram duas questões: excesso de materiais disponíveis na *web* e a natureza dinâmica desses materiais, que estavam sempre sendo atualizados. A solução foi usar fontes de informação abrangentes e confiáveis, como o portal LC RDA (<http://www.loc.gov/aba/rda/>) e o site (<http://faculty.washington.edu/aschiff>) de Adam L. Schiff. Schiff.²
- Treinamento em módulos e organizado para grupos específicos: o treinamento foi projetado para atender categoricamente às necessidades dos vários grupos de funcionários em módulos, a saber: bibliotecários e oficiais de biblioteca.
- Conteúdos relevantes:
 - Todo conteúdo RDA foi passado para todos os grupos, por reconhecer a necessidade de familiarizar a equipe com os conceitos essenciais da RDA, as alterações indispensáveis nos registros MARC e a busca por maior acessibilidade, com vistas a garantir que todos os envolvidos ficassem alinhados com os princípios e padrões da RDA, mantendo consistência em sua aplicação.
 - Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos (FRBR).
 - Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade (FRAD).
 - Princípios fundamentais da RDA.
 - Transição de AACR2 para RDA.
 - Utilização do RDA Toolkit.
 - Catalogação de exemplares com RDA.
- Treinamento com modalidades e formatos diversos: “[...] treinamento foi uma combinação de treinamento em sala de aula, grupo de estudo e *webinars*” (Choi, Yusof e Ibrahim, 2014, p. 613).
- Pontos importantes: “[...] a necessidade de treinamento prático contínuo; revisão constante dos registros RDA recém-criados e discussão contínua das novas regras, sua interpretação e aplicação” (Choi, Yusof e Ibrahim, 2014, p.613).

Turner (2014) também relata a experiência do treinamento para implementação da RDA nas bibliotecas da Duke University. Em resumo, iniciaram com o treinamento para registros de autoridade oferecido pelo Program for Cooperative Cataloging – Name Authority Cooperative (NACO) RDA para os participantes atuais da NACO, seguido pelo treinamento bibliográfico para o grupo maior. “O curso NACO foi no formato de vídeos e apresentações de *slides*, que os catalogadores assistiram em suas próprias estações de trabalho, reunindo-se posteriormente para discussões (Turner, 2014, p. 71-72)”. Esse formato foi bastante apreciado pelos autores. No geral, o treinamento teve uma carga horária de oito horas e meia de duração para 19 catalogadores monográficos. Os catalogadores de periódicos tiveram um programa de treinamento separado. Em relação ao conteúdo, foram abordadas no treinamento a visão geral e a aplicação do FRBR (entendendo as relações conceituais) e RDA (uma introdução rápida apresentada por Chris Oliver). Ao final, uma análise de custo-benefício foi apresentada. Em relação aos custos, considerou-se incrível a quantidade de tempo necessária para desenvolver e

² “[...] Adam L. Schiff. Schiff é o principal catalogador das bibliotecas da Universidade de Washington desde abril de 1997. Ele publicou e apresentou extensivamente sobre RDA e Anglo-American Cataloguing Rules, Second Edition (AACR2) ao longo de sua carreira [...]” (CHOI; YUSOF; IBRAHIM, 2014, p. 612, tradução nossa).

implementar a RDA. Em relação aos benefícios, entende-se que a maioria deles será determinada em algum momento futuro.

Cross *et al.* (2014) afirmam que o treinamento em RDA, seja formal, seja informal, é o ponto de partida para a implementação da nova norma. Os autores descreveram as diferenças encontradas nas experiências de treinamento em RDA para as comunidades de catalogação de língua inglesa e francesa do Canadá e concluíram que ambas as comunidades preferem o treinamento presencial a outros recursos disponíveis. Mas todos entendem também que “[...] é preciso desenvolver expertise na adaptação do material de treinamento para o ambiente online. O que é adequado para treinamento presencial pode não funcionar automaticamente em um *webinar* ou como um curso online (Cross *et al.*, 2014, p. 769, tradução nossa)”. Esses autores acreditam que, para aprimorar a formação em RDA, é necessário compreender como aproveitar plenamente o ambiente online para proporcionar treinamento competente, participativo, que alcance o envolvimento dos pares.

A respeito da preferência pelo treinamento apenas na modalidade presencial, Parente (2014), na implementação da RDA na University Melbourne (RMIT), na Austrália, declara que o treinamento foi realizado de modo interno à instituição e com pequenos grupos, que receberam *feedback* positivo, o que possibilitou confirmar tal processo como uma estratégia de implementação bem-sucedida.

De forma sucinta e didática, El-Sherbini (2018, p. 68, tradução nossa) relata que, na Biblioteca da Universidade Estadual de Ohio, o treinamento “[...] consistiu em workshops semanais que incluíram treinamento prático e muitos questionários. Cada semana foi dedicada a apenas um módulo para que os catalogadores tivessem tempo suficiente para praticar”. O treinamento teve exame final e certificado de conclusão para cada catalogador.

Nas Bibliotecas da Kent State University (KSUL), o processo para estabelecer o aprendizado na equipe ocorreu de forma diferenciada. Os catalogadores trabalharam em equipe, capacitando uns aos outros em RDA, objetivando chegar a decisões consensuais de forma a compreender o como e o porquê da norma. Essa estratégia contribuiu para as decisões necessárias de gerenciamento, treinamento, catalogação e outros (Maurer; Panchyshyn, 2014).

Contudo Maurer e Panchyshyn (2014) complementam que a experiência no processo de implementação da RDA mostrou que não é preciso treinamento intenso, porém consideram que o treinamento ideal é aquele distribuído ao longo do tempo, fornecido de forma adequada para que os catalogadores se sintam à vontade para fazer a transição para a RDA.

Além dos estudos analisados, outros textos sobre implementação da RDA recomendam estruturar o treinamento de maneira a ampliar as modalidades, seja presencial, seja à distância, e explorar diversos formatos, como *webinars* e *e-learning*. Adicionalmente, destaca-se também a importância da criação de um ambiente de aprendizado colaborativo no processo de assimilação da RDA.

A respeito do ambiente de aprendizado colaborativo, o Cooperative Online Serials (CONSER), responsável pela implantação da RDA na Library of Congress, descreveu que, para facilitar o compartilhamento de documentos e a discussão dos participantes sobre a nova norma, foi criado o site CONSER RDA *Forum*. Esse ambiente, de acordo com Bross, Hawkins e Nguyen (2013), possibilitou que os treinamentos fossem aplicados em vários formatos, como: *webinars*, vídeos gravados e materiais de estudo individual, utilizados durante o percurso formativo.

Em relação ao treinamento remoto ou presencial, Holanda e Lourenço (2021) pesquisaram os catalogadores da Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil, e os

resultados demonstraram que os catalogadores preferem o treinamento presencial e como conteúdo preferem as mudanças em relação a RDA e AACR2. No entanto os autores descrevem que “[...] o treinamento EAD pode ser uma realidade que veio para ficar em virtude da pandemia do Covid-19 que se disseminou em 2020 e que trouxe mudanças de comportamentos que afetam o convívio diário, a comunicação e o acesso à informação” (Holanda; Lourenço, 2021, p. 19).

Além dos pontos discutidos no treinamento, é importante considerar se o que foi ensinado está sendo assimilado e corretamente aplicado na prática. Martínez Arellano, Santana Chavarría e De La Rosa Valgañón (2017, p. 5) consideram que o treinamento da equipe para a implementação da RDA na Biblioteca do México foi contínuo, por meio de *workshops* e palestras: “[...] porém, na prática deve haver supervisão ou controle de qualidade para saber se os procedimentos e políticas que foram estabelecidos estão sendo aplicados”.

Enfim, os estudos apresentados apontam que o treinamento é fundamental para a implementação da RDA, sendo considerado o ponto de partida para o processo. É recomendável disponibilizar a formação em diversas modalidades e formatos, como presencial, remota, vídeos e *webinars*. Além disso, é essencial elaborar o treinamento de forma a atender grupos distintos, como bibliotecários, assistentes e usuários. Também é necessário considerar a aplicação prática do que foi ensinado para reforçar o aprendizado. Promover um ambiente de aprendizado colaborativo também se mostra importante, visando facilitar o compartilhamento de documentos, discussões e decisões estabelecidas.

Em relação ao conteúdo que deve ser ministrado no treinamento, é importante observar as fontes de informações confiáveis para criação do conteúdo e focar em abordagens relevantes, como AACR2r, IFLA-LRM, RDA e a ferramenta RDA Toolkit. É essencial que a equipe envolvida possua um sólido conhecimento nesses tópicos. Esse domínio abrangente garantirá uma transição efetiva da RDA no catálogo da biblioteca.

| 1

4.1.4 Procedimentos de catalogação: decisões, políticas e documentações

El-Sherbini (2013, p. 61, tradução nossa) explica que a “RDA inclui muitas instruções que se referem às decisões das agências de catalogação”, por exemplo: selecionar o tipo de descrição (descrição abrangente, descrição analítica ou descrição hierárquica); decidir como tratar os elementos de transcrição (transcrever conforme encontrado no recurso ou de acordo com as diretrizes da RDA, sobre transcrição ou de acordo com políticas internas) e como tratar as alternativas inclusas em várias instruções da RDA (omissões opcionais e adições opcionais) que são deixadas a critério do catalogador. A autora completa que é “[...] importante para os departamentos de catalogação criarem políticas locais para lidar com os casos específicos” (El-Sherbini, 2013, p. 61, tradução nossa).

As decisões necessárias para o processo de catalogação em RDA precisam ser registradas como documentações em formas de políticas, que são desenvolvidas ou ajustadas de acordo com as exigências da RDA, visando atender ao processo de catalogação da biblioteca. Conforme Selbach *et al.* (2020, p. 729), a catalogação em RDA “[...] exige que a equipe tome decisões e registre-as em documentos institucionais para que o processo siga um padrão único durante a prática do dia a dia”.

O Program for Cooperative Cataloging (PCC) da Library of Congress (LC), quando decidiu implementar a RDA, em 2013, teve como primeiro passo “[...] identificar os problemas de implementação que exigem decisões do PCC sobre nome, autoridade e aspectos bibliográficos da RDA”. Assim, grupos de trabalho foram criados para fazer as “[...] recomendações sobre as melhores práticas para a criação de registros RDA,

aplicação de instruções opcionais e elementos RDA principais do PCC”. O Cooperative Online Serials (CONSER) Standard Record Task Group “[...] foi o grupo que ficou encarregado de fazer recomendações para resolver as diferenças entre os requisitos do CONSER Standard Record e os elementos principais do RDA” (Bross; Hawkins; Nguyen, 2013, p. 211-212, tradução nossa).

Bross, Hawkins e Nguyen (2013, p. 213, tradução nossa) explicam que o CONSER decidiu que o processo de implantação da RDA na Library of Congress iniciaria com a identificação dos problemas, o que exige tomadas de decisão do PCC sobre a autoridade de nomes e os aspectos bibliográficos. Como resultado, três documentos foram elaborados: os CONSER RDA Core Elements, os MARC21-to-RDA Core Elements e a CONSER RDA (lista de verificação de catalogação), sendo esses materiais utilizados no treinamento. Essa documentação básica foi incorporada ao RDA Toolkit. “A lista de Verificação de Catalogação de RDA CONSER é um fluxo de trabalho compartilhado, com hiperlinks para instruções associadas a RDA, Instruções de Política LC-PCC e da codificação de catalogação legível por máquina (MARC).”

Desde então, alguns estudos analisados mencionaram que adotaram ou usaram como base ou como fonte de informação a LCs-Program for Cooperative Cataloging Policy Statements (LC-PCC PSs), que é a política de catalogação da Library of Congress, como exemplo, a biblioteca da KSUL, justificando que decidiu que utilizaria as regras do LC-PCC PSs, disponíveis no RDA Toolkit, como base para a tomada de decisão.

Assim, observa-se, nos estudos analisados, que, além de ter como referência a LC-PCC PSs, o ponto de partida para a criação da política de catalogação reside no entendimento da RDA e na revisão minuciosa da política existente para a catalogação dos recursos da biblioteca antes da RDA.

A respeito do conhecimento em RDA e sobre a revisão das diretrizes locais anteriores à RDA, Danskin (2014, p. 191, tradução nossa) descreve que, no processo de implementação da RDA na British Library, o “[...] treinamento foi complementado por uma análise abrangente e revisão da documentação existente”. Nesse caso, só após o treinamento foi que a equipe teve condições de avaliar e revisar a documentação de apoio para a catalogação. A autora explica que as políticas e as decisões foram documentadas em fluxo de trabalhos, que são criados e mantidos pela própria equipe.

Da mesma forma, Maurer e Panchyshyn (2014) descreveram que, na KSUL, após concluído o treinamento inicial, o processo de implementação focou na consistência da prática de catalogação que resultou em uma série de decisões inclusivas e bem documentadas. Nesse aspecto, os autores explicam que os gerentes e funcionários decidiram por tomar as decisões políticas em relação à RDA. As políticas elaboradas foram as seguintes: política de catalogação e de autoridade para novos registros, políticas para registros híbridos³ (AACR e RDA), políticas de autoridade para registros híbridos (AACR e RDA) e políticas para dados legados.

No mesmo sentido, Parente (2014) descreve que a Biblioteca da RMIT iniciou com uma política mínima, considerando, por exemplo, o tipo de descrição RDA e os elementos centrais de nível de manifestação da RMIT, e de acordo com a política da Biblioteca Nacional, acessados por meio da participação gerencial no Comitê Australiano de Catalogação (ACOC). Essa política foi desenvolvida com mais detalhes, conforme os avanços do treinamento e da implementação. Os autores descrevem que a elaboração da política de catalogação é um projeto em movimento, desenvolvido após os treinamentos,

³ Registro híbrido é um registro com elementos de catalogação de práticas anteriores, como AACR2r e elementos de catalogação RDA que foram adicionados manualmente ou através da manipulação da máquina. Ou seja, o registro bibliográfico híbrido mescla elementos de práticas anteriores com as práticas atuais de RDA (Panchyshyn; Park, 2014).

e que apresentou como vantagem a discussão sobre o papel do julgamento do catalogador na RDA.

Behrens, Frodl e Polak-Bennemann (2014, p. 695-696, tradução nossa) apresentam um relato relevante sobre o processo para elaboração da política de catalogação para as bibliotecas da Alemanha. Em geral, a política de catalogação englobou “[...] a orientação para o padrão atual, a intercambialidade internacional dos dados e o custo-benefício do registro nas instituições de catalogação”.

Os autores esclarecem que, em razão do contexto linguístico e cultural alemão, em alguns casos, foi preciso realizar adaptações em algumas instruções da RDA, as quais foram registradas na política. Tais adaptações foram implementadas apenas nos casos em que as diretrizes da RDA não oferecem orientações apropriadas ou são insuficientes, e quando nenhuma das LC-PCC PSs (Library of Congress-Program for Cooperative Cataloguing Policy Statements) se aplica. Para as várias alternativas e opções adicionais apresentadas em muitas das regras da RDA, optou-se por encontrar uma solução uniforme para os países de língua alemã. Dessa forma, foi introduzido na política de catalogação um registro uniforme para todas as opções e alternativas da RDA. No entanto, objetivando garantir o intercâmbio de dados sem problemas, para aqueles casos em que se deve adotar ou rejeitar uma opção ou alternativa de uma instrução RDA, foram consideradas as decisões das outras bibliotecas nacionais do Joint Steering Committee (JSC). (Behrens; Frodl; Polak-Bennemann, 2014).

Behrens, Frodl e Polak-Bennemann (2014, p. 695-696, tradução nossa) configuraram a política de catalogação da Alemanha da seguinte forma:

- Análise das instruções RDA e PSs LC-PCC: com base nos critérios fornecidos, todas as instruções específicas da RDA e, quando aplicáveis, as PSs LC-PCC foram submetidas a uma análise única do grupo de trabalho.
- Identificação de tópicos problemáticos: os tópicos gerais identificados que não puderam ser atribuídos a uma instrução específica da RDA foram coletados em um "suporte de tópico" e processados separadamente por especialistas nos grupos de subgrupos temáticos.
- Análise e definição dos elementos principais e adicionais da RDA: antes da execução completa do padrão RDA, houve uma análise dos elementos principais da RDA, denominados “Kernelemente” em alemão e dos elementos adicionais “Zusatzelemente”. Juntos, formam o grupo de elementos padrão para os países de língua alemã denominado de “Standardelemente-Set für den deutschen Sprachraum”, representando um padrão mínimo obrigatório para catalogação nos países de língua alemã.
- Resumo do código de catalogação: o resumo do código de catalogação foi elaborado capítulo a capítulo, com exceção do capítulo sobre dados de autoridade.
- Propostas apresentadas para a política: todas as propostas foram discutidas no grupo de trabalho da RDA e, posteriormente, apresentadas ao Comitê de Padrões de Biblioteca para aprovação.
- Mudanças para internacionalização da norma RDA: instruções RDA sujeitas a uma mudança uniforme para aumentar a internacionalização foram introduzidas anualmente como parte da revisão da RDA.
- Necessidade de explicações detalhadas: observou-se a necessidade de fornecer explicações com ajuda ou exemplos detalhados em alguns casos para algumas das instruções RDA. “Essas explicações representam

| 1

componentes-chave para os materiais de treinamento” (Behrens; Frodl; Polak-Bennemann, 2014, p. 697, tradução nossa).

- Documentação dos resultados: todos os resultados foram registrados em uma plataforma de trabalho *wiki* da Biblioteca Nacional Alemã, visando garantir a transparência em todas as etapas do projeto, bem como sua utilidade em caso de trabalho adicional posterior.

De maneira similar, Choi, Yusof e Ibrahim (2014) abordam a elaboração das políticas para a Biblioteca Nacional de Cingapura, National Library Board (NLB), levando em conta as práticas catalográficas locais e as diretrizes internas vigentes da biblioteca.

Sobre a organização estrutural da política, na NBL optaram pela organização conforme a estrutura do AACCR2, objetivando facilitar a consulta. A explicação dos autores foi que, em “[...] comparação com a RDA, o AACR2 parece mais simples em sua aplicação e uso e remete os catalogadores ao capítulo específico sobre o formato desse material (por exemplo, Livros, Panfletos e Folhas Impressas; Recursos Eletrônicos)” (Choi; Yusof; Ibrahim, 2014, p. 613, tradução nossa). No entanto os autores entendem que basear as políticas de RDA em formatos não é o mais adequado, pois os “[...] catalogadores agora precisam visualizar a organização dos dados bibliográficos sob a perspectiva da FRBR, ao invés de formatos, ao preparar registros bibliográficos [...]”. Os autores acreditam que a política de catalogação organizada conforme a estrutura RDA ajuda “[...] os catalogadores a entender melhor o conceito de FRBR e sua exibição dos registros bibliográficos no catálogo on-line de acesso público (OPAC)” (Choi; Yusof; Ibrahim, 2014, p. 613-614, tradução nossa).

Em relação à seleção dos elementos principais para descrição dos recursos em RDA para constar na política de catalogação da NBL, Choi, Yusof e Ibrahim (2014, p. 613-615, tradução nossa), descreveram que os elementos principais podem facilitar as tarefas do usuário conforme estabelecido no FRBR. Dessa forma, decidiram todos os elementos principais conforme consta na RDA. Os autores justificam que a RDA apresenta um conjunto de elementos identificados como centrais. Esses elementos centrais da RDA estão de acordo com o FRBR, considerando o valor de cada atributo e tarefas do usuário, a saber: identificar e selecionar uma manifestação; identificar obras e expressões encarnadas em uma manifestação; identificar o criador ou criadores de uma obra. Esses elementos também estão de acordo com a avaliação do FRAD, considerando o valor de cada atributo e relacionamento no suporte e tarefas do usuário: localizar uma pessoa, família ou entidade corporativa associada a um recurso; identificar uma pessoa, família ou corporativismo.

Sobre as práticas locais e as diretrizes vigentes, os autores esclarecem que, para elaborar a política, antes foi necessário que a equipe envolvida tivesse o entendimento sobre RDA e sobre Library of Congress-Program for Cooperative Cataloging Policy Statements (LC-PCC PS), ou seja, política de catalogação da Library of Congress. A consulta à LC-PCC PS foi necessária porque a biblioteca aplica algumas regras das LC-PCC PS para atender às suas necessidades locais na catalogação em AACR2. “Por exemplo, no que diz respeito à Library of Congress Name Authority (LCNA), a NLB opta por aplicar o LC-PCC PS no registro de atributos de pessoa, família e corporações” (Choi, Yusof e Ibrahim, 2014, p. 614, tradução nossa).

Em síntese, a política de catalogação em RDA documenta as decisões institucionais relativas ao processo de catalogação. Alguns estudos usaram como fonte de informação ou referência políticas de outras instituições disponíveis na *web*, como a

Política de Catalogação da Library of Congress e/ou da Online Computer Library Center (OCLC).

Os estudos analisados indicam que a elaboração política de catalogação tem início com a compreensão da RDA, seguida de uma revisão completa da documentação local e/ou das decisões já existentes no processo de catalogação da biblioteca, visando à tomada das decisões para a catalogação em RDA.

Em relação aos elementos que devem constar na política de catalogação em RDA, observa-se que o documento engloba uma variedade de decisões, desde escolhas institucionais diante das diversas alternativas e opções apresentadas nas regras da RDA até a definição dos elementos principais e adicionais para a criação dos registros. Abrange, igualmente, orientações para a elaboração de registros híbridos (considerando AACR e RDA) e dados herdados.

No que diz respeito à organização estrutural da política, é recomendável alinhá-la à estrutura da RDA. No entanto é importante notar que alguns catalogadores experientes em AACR2 podem considerar mais fácil aderir à sua organização, que segue o formato da obra.

4.5 Preparação do sistema de gestão de bibliotecas

A implementação da RDA requer o uso de ferramentas e sistemas apropriados, ou seja, é necessária a utilização de *softwares* de catalogação compatíveis com a nova norma.

As autoras Oliver (2011), El-Sherbini (2013) e Mering (2014) descrevem sobre a necessidade de fazer a integração das diretrizes RDA com o sistema de gestão de bibliotecas, bem como nos catálogos online. Ou seja, os fornecedores de *softwares* devem adaptar o sistema para catalogação em RDA, bem como a visualização dos registros no catálogo online, tendo em vista os requisitos RDA.

Sobre a codificação ou padrão de metadados (MARC ou BIBFRAME) no sistema de gestão da biblioteca para implementação da RDA, Cronin (2011) explica que, enquanto não houver uma substituição efetivamente desenvolvida para MARC, os novos elementos RDA devem ser incorporados aos novos campos MARC21. Os sistemas também devem estar preparados para exibir e manipular esses elementos.

Desse modo, a princípio, a preparação dos sistemas de gestão de biblioteca consiste na codificação e inserção dos novos campos MARC21 (336, 337, 338) para acomodar os novos elementos RDA (suporte, conteúdo e mídia), bem como é necessário ajustar a visualização desses mesmos elementos no catálogo online da biblioteca (Oliver, 2011).

Os fornecedores de sistema de gestão de bibliotecas também podem fazer programação ou soluções para as questões relacionadas a RDA, como: ortografia, abreviações, pontuação, capitalização, separação de códigos de idioma na tag MARC041 subcampo “a”, indicadores incorretos, valores de campo fixos e vários outros erros de validação (Parent, 2014).

Wu, Guajardo e Rodriguez (2016, p. 166-170) relatam que as Bibliotecas da Universidade de Houston desenvolveram um plano e uma estratégia para o processo de implementação da RDA. Em relação à preparação do sistema de gestão das bibliotecas, além de importar os novos registros RDA para o sistema, o plano visou converter títulos de autoridade para os registros bibliográficos existentes em RDA e atualizar registros para incluir elementos de enriquecimento RDA. Em síntese, a configuração do sistema da biblioteca para as Universidade de Houston envolveu:

- Trabalho em conjunto com fornecedores para adaptar o sistema da biblioteca aos novos campos 33x.(336, 337 e 338).
- Adoção do serviço pronto oferecido pelo fornecedor para registros bibliográficos e de autoridade em RDA.
- Revisão e modificação de mais de setenta perfis bibliográficos e de registros de autoridade, incluindo os não ativamente usados. Anotação e datação dos perfis de carga modificados para fins de RDA.
- Processamento automático para os registros de autoridade: aquisição do Processamento Automático de Autoridade (AAP) da Innovative Interfaces. “[...] para um projeto RDA, o AAP serve ao propósito de converter retrospectivamente títulos AACR2 em registros bibliográficos se esses títulos forem registrados em campos 4xx de registros de autoridade RDA” (Wu; Guajardo; Rodriguez, 2016, p. 166).
- Aprimoramento local com ícones para os códigos por tipo de material (336; 337; 338). Desenvolvimento de um conjunto de códigos por tipo de material específicos com ícones correspondentes (ícone visual); adaptação aos requisitos da RDA, substituindo General Material Designation (GMD) por categorias como: tipo de conteúdo, mídia e suporte.
- Projeto paralelo adicional para redesenhar a página de “Pesquisa Avançada” do catálogo online, que iniciou com a exibição e disposição da lista expandida com os termos por tipo de material. Criou-se uma tabela "Formatos" de exibição com todos os termos por tipo de material em ordem alfabética. Dessa forma, os usuários podem selecionar os tipos de materiais para limitar ou expandir sua pesquisa.
- Limpeza dos registros MARC: exclusão dos registros fornecidos por fornecedores, para fins de aquisição.
- Enriquecimento RDA dos dados legados: o enriquecimento da RDA para dados bibliográficos e de autoridade foi implementado ao mesmo tempo pelo fornecedor MARCIVE, Inc.⁴, que também fez modificações adicionais baseadas no *feedback* obtido após teste realizado previamente. As mudanças “[...] incluíram a inserção de campos 33x, a mudança do GDM para um campo de nota, a substituição do campo 260 pelo(s) campo(s) 264, a ortografia de abreviações e o alinhamento de títulos autorizados aos registros de autoridade RDA”. Como o objetivo é minimizar alterações indesejadas “[...] as opções para algumas alterações importantes são controladas pelo fornecedor para fins de integridade de dados no nível de campo ou subcampo” (Wu; Guajardo; Rodriguez, 2016, p. 171).
- Enriquecimento interno de RDA para registros *ebooks* e periódicos eletrônicos: como medida econômica de custo e devido à qualidade inconsistente e à completude da catalogação fornecida pelo fornecedor para recursos eletrônicos, optou-se por fazer, internamente, o enriquecimento de banco de dados RDA para registros dos *ebooks* e jornais eletrônicos.

Dessa forma, observa-se nos estudos que os novos campos MARC (336; 337; 338) podem ser considerados o ponto inicial para preparação do sistema de bibliotecas. Cormenzana López e Lopez-Borrull (2018, p. 15. tradução nossa) apontaram em seu

⁴ MARCIVE, Inc. é especializada em processamento de autoridades, catalogação e processamento de documentos governamentais. Disponível em: <https://home.marcive.com/overview/>. Acesso em: 24 set. 2023.

estudo os pontos necessários para a implementação da RDA com MARC, iniciando o processo com a criação de novos campos MARC21 e a redefinição de outros já existentes. “Os dados ficam no mesmo banco de dados, e os sistemas de informação da biblioteca são mantidos, simplificando o processo de migração, a coexistência de registros RDA e pré-RDA e a continuidade do Sistema de Gestão de Bibliotecas”. Os autores esclarecem que, desde o início, é essencial que as instituições definam os próprios critérios específicos para a catalogação para os diferentes tipos de materiais, uma vez que as diretrizes da RDA fornecem várias opções e atribuições para conteúdo que ficam a critério do catalogador.

Contudo observa-se a importância de o sistema de gestão de bibliotecas estar habilitado para receber as alterações e aplicações da RDA; caso contrário, a implementação pode ficar prejudicada. Conforme El-Sherbini (2018) descreve, um dos principais desafios na implementação da RDA envolve os atuais sistemas de gestão de bibliotecas e sua falha em exibir adequadamente os registros RDA.

Nesse aspecto, o estudo de Tuso González (2017, p. 14) relata sobre a implementação da norma RDA nas bibliotecas da Colômbia e constata que em “[...] primeira instância, se o *software* bibliográfico e seus desenvolvedores não garantirem a aplicação dos relacionamentos nos registros bibliográficos e no modelo RDA, podemos dizer que não será garantido”. O autor aponta que:

- A maioria dos *softwares* bibliográficos ainda não estão aptos para receber as alterações e aplicações do padrão RDA.
- Os modelos conceituais IFLA-LRM não são aplicáveis de acordo com o projeto e desenvolvimento do *software* atual.
- É necessário envolver a comunidade bibliotecária com a indústria de *software* bibliográfico no desenvolvimento da implantação da RDA para o desenvolvimento dessas mudanças e a configuração precisa de um SIBs (Sistema Integrado de Bibliotecas).
- Em geral, os fornecedores de *software* não têm conhecimento sobre as mudanças e sobre como aplicar a norma RDA.
- Alguns provedores de *software* não podem responder às solicitações de alterações necessárias para aplicar o padrão RDA.
- Ao preencher o registro, conforme requisito dos modelos IFLA-LRM, obra, expressão e manifestação, não existem relações entre os elementos.
- Nos OPACs, catálogo online, as exibições das informações em MARC não podem ser visualizadas corretamente.

Outra questão que envolve o Sistema de Gestão de Bibliotecas é a revisão, atualização e migração dos metadados existentes do código anterior (AACR2) para o formato RDA. Essa temática é considerada importante e desafiadora, pois abrange a atualização da base de dados com o enriquecimento dos dados legados e a criação de registros híbridos com a implementação do RDA (Panchyshyn; Park, 2014).

Panchyshyn e Park (2014) defendem o enriquecimento dos dados legados descrevendo que os projetos de enriquecimento de RDA estão diretamente ligados à estratégia de implementação da nova norma na biblioteca. Aplicar o enriquecimento de RDA na biblioteca visa melhorar a qualidade dos dados, tornando-os mais portáteis e facilitando sua integração com iniciativas modernas de catalogação e descoberta.

Projeto de enriquecimento de RDA pode trazer vantagens e oportunidades para a biblioteca. Conforme demonstra Panchyshyn, Park (2014), existem benefícios de se ter um projeto de enriquecimento RDA nas bibliotecas, tais como:

- Consistência dos dados RDA:
 - Facilitar para os fornecedores a oportunidade de atualizar para os clientes o sistema de gestão de bibliotecas.
 - Dados consistentes são mais portáteis. No futuro, será mais fácil a substituição adequada dos dados do catálogo da biblioteca MARC para o BIBFRAME.
 - Para bibliotecas que implementam planos de descoberta, ter dados consistentes torna mais fácil a manipulação, a configuração e a apresentação desses dados.
- Exibição dos relacionamentos FRBR por meio do uso de designadores de relacionamento.
- Campos: editoras e datas, com o campo MARC264, permitirão fornecer aos usuários informações mais detalhadas.
- Abreviaturas e frases em latim mais compreensíveis nas exibições para os usuários.
- Os fornecedores de sistemas, usando dados RDA de tags MARC 336; 337; 338, para substituir o GMD, podem trabalhar no desenvolvimento de exibições visuais baseadas em ícones.
- Oportunidade para as bibliotecas limparem seus dados herdados locais.
- Possibilidade para fazer melhorias nas exibições de registros (ícones) e com a funcionalidade de pesquisa avançada.
- Os dados armazenados no formato RDA ou RDA/híbrido:
 - permitem catalogar com apenas um padrão em vez de vários;
 - têm os fluxos de trabalho e os processos de catalogação simplificados para apenas um padrão dentro do catálogo;
 - permitem treinamento mais fácil para catalogadores e educadores de escolas de bibliotecas;
 - permitem que, após o enriquecimento de RDA, os processos de catalogação em andamento façam a inclusão do RDA, internamente ou através de empresas. São utilizados *scripts* paralelos, ferramentas ou macros para descrever e dar suporte a esses processos.

| 1

Por outro lado, o planejamento para o enriquecimento de RDA na biblioteca precisa considerar o enfrentamento de desafios, como: tempo, recursos humanos e custos. Nesse aspecto, Panchyshyn e Park (2014) acreditam que o principal deles é o tempo e os recursos humanos.

Em suma, observou-se nos estudos que os aspectos relacionados à preparação dos sistemas de gestão de bibliotecas para a RDA são pouco detalhados e, conforme Maurer e Panchyshyn (2014) descrevem, o assunto não é muito abordado na literatura.

No entanto constata-se que, para implementar a RDA, os sistemas de gestão de bibliotecas devem se adequar para serem compatíveis com a nova norma. A preparação dos sistemas deve envolver no mínimo a codificação e a inserção de novos campos MARC21 (336, 337, 338) para acomodar os novos elementos RDA (tipo de mídia, tipo de conteúdo e tipo de suporte), revisão, atualização e migração dos metadados existentes do código anterior (AACR2) para o formato RDA e ajuste na visualização dos elementos RDA no catálogo online. É importante analisar também a possibilidade de fazer o enriquecimento dos registros de dados em RDA. No entanto percebe-se a importância de envolver a comunidade bibliotecária e os fornecedores de *software* no desenvolvimento da implementação da RDA.

4.6 Suportes e ferramentas tecnológicas

Desde a concepção da RDA até o seu lançamento na forma da ferramenta RDA Toolkit, os criadores da norma optaram por utilizar as ferramentas tecnológicas como suporte, com o objetivo de registrar e compartilhar o conhecimento em RDA com a comunidade bibliotecária. Da mesma forma, ao analisar os textos sobre a implementação da RDA, fica evidente que as ferramentas tecnológicas também são empregadas pelos mesmos motivos: para registrar e compartilhar decisões e documentações relacionadas à RDA com a equipe e a comunidade bibliotecária.

Cross *et al.* (2014, p. 751, tradução nossa) descrevem que o “[...] processo de aquisição e compartilhamento de conhecimento RDA tem sido muito facilitado pela possibilidade de acessar documentos confiáveis e atualizados rapidamente”. Os autores explicam que “[...] *Webinars*, *wikis*⁵, *RDA-L*⁶ e outras formas eletrônicas de comunicação também têm sido ferramentas muito úteis”.

Behrens, Frodl e Polak-Bennemann (2014, p. 697, tradução nossa) relatam que todo o trabalho colaborativo da implementação foi realizado no espaço *wiki* da biblioteca. Os autores acreditam que, dessa forma, as etapas do trabalho ficam garantidas e transparentes para todos os envolvidos em todos os momentos, garantindo que “[...] as discussões e decisões permaneçam transparentes e utilizáveis se algum trabalho adicional se mostrar necessário”.

Do mesmo modo, Hanford (2014, p. 157, tradução nossa) descreve que “[...] mantém um *wiki* para o departamento onde as políticas locais e materiais relevantes ou *hiperlinks* de interesse são hospedados”. Com o objetivo de se manterem atualizados com a discussão nacional, fizeram uma compilação de materiais sobre FRBR, FRAD e RDA de vários *workshops*, *sites* e recomendações da lista de discussão RDA. Eles também fazem uso do recurso *Online Constant Data*⁷, para “[...] criar conjuntos de dados padrão que poderiam ser facilmente aplicados a um registro bibliográfico”.

Maurer e Panchyshyn (2014) descreveram que criaram uma página na Web de informação RDA com o objetivo de documentar a transição. Os autores relatam que, para esse tipo de informação, a página na *web* é muito importante para o sucesso da transição, ainda que o objetivo seja revisitar o “porquê” das decisões passadas. “A página RDA da KSUL está aberta ao público em geral, evoluiu para uma coleção informal de materiais úteis da Web, documentação da KSUL, materiais de treinamento, notas de reunião e declarações de políticas” (Maurer; Panchyshyn, 2014, p. 269, tradução nossa).

Choi, Yusof e Ibrahim (2014, p. 617-618, tradução nossa), organizaram os materiais de referência sobre a RDA que estão disponíveis na web. “Para facilitar o acesso desses materiais, a equipe do projeto os organizou em diferentes categorias e os disponibilizou na *TeamRoom* da equipe”.

⁵ Web wiki “[...] é um sistema de gestão de conteúdo e também uma linguagem de marcação utilizada em *website* que contém hipertexto e hiperligações que trabalham com o *software wiki*, no qual vários usuários modificam/editam colaborativamente ao mesmo tempo o seu conteúdo e/ou a estrutura do *wiki* diretamente usando um navegador *web*, com a ajuda de um editor de texto enriquecido”. Disponível em: [Wiki – Wikipédia, a enciclopédia livre \(wikipedia.org\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia:_a_encyclop%C3%A9dia_livre_(wikipedia.org)). Acesso em: 24 set. 2023.

⁶ RDA-L “é uma comunidade on-line para usuários do RDA Toolkit e outros para discutir RDA e outros problemas de catalogação e metadados, bem como compartilhar informações sobre eventos, vagas de emprego, etc. A comunidade é gratuita e aberta a todos, mas exige a criação de uma conta no ALA Connect, a plataforma que hospeda o RDA-L. RDA Toolkit.” Disponível em: [Assine o RDA-L | Kit de ferramentas RDA \(rdatoolkit.org\)](https://www.rdatoolkit.org/). Acesso em: 24 set. 2023.

⁷ *Online Constant Data* é um recurso que possibilita criar um conjunto de dados padrão que podem ser facilmente aplicados a um registro bibliográfico (Hanford, 2014, p. 162, tradução nossa).

Morris e Wiggins (2016) disseram que, para oferecer treinamento de grande proporção em tempo real para catalogadores externos, a biblioteca desenvolveu uma plataforma de aprendizado online, que pode ser considerada uma inovação. Posteriormente, a plataforma foi usada para outros treinamentos.

Percebe-se, nos estudos, que as ferramentas tecnológicas podem ser aplicadas e/ou usadas em todo o processo de implementação da RDA como suporte, principalmente para o treinamento da equipe, para a elaboração e o compartilhamento das documentações e políticas, como alternativa para registrar, organizar, documentar, disponibilizar e compartilhar as informações e os conhecimentos sobre a RDA, tais como *wiki*, *sites*, RDA-L.

6 CONCLUSÃO

A decisão de adotar a RDA nas bibliotecas engloba fatores adversos, mas complementares entre si, como: inovações, oportunidades e desafios.

Em relação à inovação, a biblioteca, ao implementar a RDA, passa a acompanhar as práticas atuais adotadas pelas demais bibliotecas. Assim, além de ficar atualizada, a biblioteca passa a fazer o intercâmbio de dados em seu processo de catalogação e começa a preparar os dados da biblioteca para um futuro com dados vinculados e para as aplicações emergentes para substituição do MARC21, por exemplo, o BIBIFRAIME. Essa evolução não apenas acompanha as tendências contemporâneas, mas também posiciona a biblioteca de forma proativa para as demandas tecnológicas que estão por vir.

Observa-se que implementar a RDA pode ser considerado uma oportunidade de capacitação em catalogação para os profissionais envolvidos, uma vez que o aprendizado envolve estudar conteúdos pertinentes para a formação e atuação do bibliotecário, com AACR2r, RDA e IFLA-LRM, revisão de todo o processo de catalogação externo e interno da biblioteca.

A implementação da RDA também oferece como oportunidade para a biblioteca a possibilidade de aprimorar serviços, atualizar documentações, como políticas e manuais, fortalecer e melhorar o controle de autoridades e o sistema de gerenciamento da biblioteca.

Entretanto deve-se considerar os desafios inerentes a esse processo. Os recursos humanos e financeiros emergem como uma preocupação, dado o custo associado à implementação, impactando tanto a biblioteca quanto a instituição mantenedora.

A ferramenta RDA Toolkit, apesar de ser considerada ferramenta essencial, por apresentar a norma RDA no formato *web* e suas atualizações, apresenta desafios adicionais, como custos e a necessidade de tradução para países de idiomas diferentes do inglês.

O treinamento da equipe também é desafiador. Apesar de ser essencial para o sucesso da implementação, demanda um planejamento eficaz, considerando vários aspectos, como modalidades diferentes e formatos híbridos, conteúdos relevantes, atuação prática, a fim de promover e facilitar o compartilhamento de informações e a geração de conhecimento.

Os desafios também permeiam a elaboração das políticas de catalogação que documentam as decisões institucionais. Escolhas e definições são processos que exigem conhecimento e experiência dos envolvidos em RDA e catalogação. Dessa forma, pode ser um desafio rever todo o processo de catalogação interno, tendo em vista as regras da RDA, do AACR2, de modo a estabelecer as decisões institucionais adequadas que impactarão o futuro do catálogo da biblioteca.

A preparação do sistema de gestão de bibliotecas emerge como o desafio mais significativo, pois não apenas depende da vontade da instituição, mas também do desejo e da capacidade dos fornecedores de *software* para oferecer soluções e adaptar as aplicações do Sistema para atender às demandas da RDA para o processo de transição.

Finalmente, os suportes tecnológicos também apresentam desafios e oportunidades significativas. O desafio inicial surge da falta de familiaridade com o funcionamento de certas aplicações tecnológicas e da resistência das pessoas em incorporar novas ferramentas em suas rotinas de trabalho. O custo associado à aquisição dessas tecnologias pode ser considerado outro desafio relevante. No entanto, ao utilizar esses suportes tecnológicos nas tarefas diárias, a equipe se depara com a oportunidade de aprender e/ou aprimorar suas habilidades tecnológicas.

Conclui-se que, enquanto a RDA oferece inúmeras vantagens, a superação desses desafios exigirá esforços coordenados e estratégias sólidas para garantir uma transição suave e bem-sucedida.

REFERÊNCIAS

ALDI, G. RDA implementation at Casalini. **JLIS.it**. Itália, v. 9, n. 1, p. 24-26, 2018. DOI: 10.4403/jlis.it-12434. Disponível em: <https://jlis.fupress.net/index.php/jlis/article/view/110>. Acesso em: 28 jul. 2023.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARGIONI, S. RDA implementation in the URBE Network. **JLIS.it**. Itália, v. 9, n. 1, p. 44-47, 2018. DOI:10.4403/jlis.it-12436. Disponível em: <https://jlis.fupress.net/index.php/jlis/article/view/113>. Acesso em: 28 jul. 2023.

BEHRENS, R.; FRODL, C.; POLAK-BENNEMANN, R. The Adoption of RDA in the German-Speaking Countries. **Cataloging & Classification Quarterly**, Filadélfia, v. 52, n. 6-7, p. 688-703, mar. 2014. DOI: 10.1080/01639374.2014.882872. DOI: <https://doi.org/10.1080/01639374.2014.882872>.

BROSS, V.; HAWKINS, L.; NGUYEN, H. CONSER Serial RDA Workflow. **The Serials Librarian**, Filadélfia, v. 64, n. 1-4, p. 211-215, 2013. DOI: 10.1080/0361526X.2013.760412. DOI: <https://doi.org/10.1080/0361526X.2013.760412>.

CHOI, K.; YUSOF, H.; IBRAHIM, F. RDA: National Library Board Singapore's Learning Journey, **Cataloging & Classification Quarterly**, Filadélfia, v. 52, n. 6-7, p. 608-620, 2014. DOI: 10.1080/01639374.2014.891165. DOI: <https://doi.org/10.1080/01639374.2014.891165>.

CORMENZANA LÓPEZ, R.; LÓPEZ-BORRULL, Y. A. Estudio de la adaptación a RDA y bibframe en el ámbito de las bibliotecas españolas: estudios de caso. **Anales De Documentación**, Múrcia, Espanha, v. 21, n. 2, 2018. DOI: <https://doi.org/10.6018/analesdoc.21.2.323441>.

CRONIN, C. From testing to implementation: managing fullscale RDA adoption at the University of Chicago. **Cataloging & Classification Quarterly**, Filadélfia, v. 49, n. 7-

8, p. 626-646, jul./ago. 2011. DOI: 10.1080/01639374.2011.616263. DOI: <https://doi.org/10.1080/01639374.2011.616263..>

CROSS, E. *et al.* In the Company of My Peers: Implementation of RDA in Canada. **Cataloging & Classification Quarterly**, Filadélfia, v. 52, n. 6-7, p. 747-774, mar. 2014. DOI: 10.1080/01639374.2014.899535. DOI: <https://doi.org/10.1080/01639374.2014.899535>.

DANSKIN, A. RDA implementation and application: British Library. **o-bib. Das offene Bibliotheksjournal / Herausgeber VDB**, Alemanha, v. 1, n. 1, p. 187-191, 2014. DOI: <https://doi.org/10.5282/o-bib/2014H1S187-191>. Disponível em: <https://www.o-bib.de/bib/article/view/2014H1S187-191>. Acesso em: 7 jul. 2023.

DELSEY, T. The Making of RDA. **JLIS.it**, Itália, v. 7, n. 2, p. 25-47, 2016. DOI: 10.4403/jlis.it-11706. Disponível em: <https://jlis.it/index.php/jlis/article/view/163>. Acesso em: 16 out. 2023.

DUNSIRE, G. Introduction. **Cataloging & Classification Quarterly**, Filadélfia, v. 52, n. 6-7, p. 583-584, mar. 2014. DOI: [10.1080/01639374.2014.947888](https://doi.org/10.1080/01639374.2014.947888).

EL-SHERBINI, M. RDA implementation and the emergence of BIBFRAME. **JLIS.it**. Itália, v. 9, n. 1, p. 66-82, 2018. DOI: <https://doi.org/10.4403/jlis.it-12443>.

EL-SHERBINI, Magda. **RDA: strategies for implementation**. Chicago: Ala Editions, 2013.

GOLDBERGA, A. *et al.* RDA: from strategy to experiments and implementation in Latvia (including an overview of the situation in the Baltic States), **Journal of Library Metadata**, Estados Unidos, v. 14; n. 3-4, p. 205-221, mar. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1080/19386389.2014.992710>.

HANFORD, D. A Look at how we got here: RDA implementation at Central Connecticut State University. **Journal of Library Metadata**, Estados Unidos, v. 14, n. 3-4, p. 152-165, mar. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1080/19386389.2014.977725>.

HOLANDA, P. M. C.; LOURENÇO, C. de A. O treinamento e implementação da RDA: olhares e perspectivas. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 19, p. e021016, 2021. DOI: <https://doi.org/10.20396/rdbci.v19i00.8666140>.

JIN, Q.; SANDBERG, J. Implementing RDA at the University of Illinois at Urbana-Champaign Library, **Technical Services Quarterly**, Estados Unidos, v. 31, n. 3, p. 217-236, mar. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1080/07317131.2014.908585>.

JLIS.IT ITALIAN JOURNAL OF LIBRARY SCIENCE. Itália, Edição especial, v. 9, n. 1, 2018. Disponível em: <https://www.jlis.it/index.php/jlis>. Acesso em: 17 ago. 2022.

LOURENÇO, C. *et al.* Os desafios do ensino de RDA em cursos de Biblioteconomia: relato de experiência na UFMG. **REBECIN**, São Cristóvão, SE, v. 7, n. 2, p. 69-88, jul./dez. 2020. DOI: <https://doi.org/10.24208/REBECIN.v7i2.203>.

LOURENÇO, C. Novas tendências em catalogação: o novo paradigma da catalogação a partir da modelagem conceitual. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, p. 150–167, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/>. Acesso em: 7 jul. 2023.

MARCIVE, Inc. Disponível em: <https://home.marcive.com/overview/>. Acesso em: 24 set. 2023.

MARTÍNEZ ARELLANO, F.; SANTANA CHAVARRÍA, E.; DE LA ROSA VALGAÑÓN, P. Implementación de las RDA en la Universidad Nacional Autónoma de México. **Palabra Clave**, La Plata, v. 6, n. 2, 2017. DOI: <https://doi.org/10.24215/PCe019>.

MAURER, M.; PANCHYSHYN, R. Understanding the why: a case study in managing the RDA implementation. **Cataloging & Classification Quarterly**, Filadélfia, v. 52, n. 3, p. 259-284, mar. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1080/01639374.2013.859644>.

MERING, M. **The RDA workbook**: learning the basic of Resource Description and Access. Santa Barbara, California: Libraries Unlimited, 2014.

MORRIS, S.; WIGGINS, B. Implementing RDA at the Library of Congress. **JLIS.it**, Itália, v. 7, n. 2, 2016. DOI: <https://doi.org/10.4403/jlis.it-11824>.

OLIVER, C. **Introdução à RDA**: um guia básico. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2011.

OLIVER, C. **Introducing RDA**: A guide to the basics after 3R. 2. ed. Chicago: ALA Editions, 2021.

PANCHYSHYN, R. S.; PARK, A. L. Resource Description and Access (RDA) Database Enrichment: The Path to a Hybridized Catalog. **Cataloging & Classification Quarterly**, Filadélfia, v. 53, n. 2, p. 214-233, 2015. DOI: [10.1080/01639374.2014.946574](https://doi.org/10.1080/01639374.2014.946574).

PARENT, M. Implementing RDA in a time of change: RDA and System Migration at RMIT University. **Cataloging & Classification Quarterly**, Filadélfia, v. 52, n. 6-7, p. 775-796, mar. 2014. DOI: 10.1080/01639374.2014.889058. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01639374.2014.889058>.

RDA STEERING COMMITTEE. **RDA na tradução**. RDA Steering Committee, Chicago, 2016. Disponível em: <https://www.rdatoolkit.org/translation>. Acesso em: 07 jul. 2023.

RDA STEERING COMMITTEE. **Welcome to the RSC website**. Chicago, 2022. Disponível em: www.rda-rsc.org. Acesso em: 22 jun. 2023.

SANTOS, A.; ARAKAKI, F. Aplicação do RDA em instituições latino-americanas: um panorama do processo de implementação. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e**

Documentação, São Paulo, v. 18, p. 1-18, 2022. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1678/1336> Acesso em: 17 out. 2023.

SELBACH, C. *et al.*, Catalogação com Resource Description and Access (RDA): relato de experiência na Biblioteca Central Irmão José Otão (PUCRS). **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 25, n. 3, p. 729-733, ago./dez. 2020. Disponível em: <https://revistaacb.emnuvens.com.br/racb/article/view/1719>. Acesso em: 28 jul. 2023.

TUSO GONZÁLEZ, F. E. Prueba piloto de implementación del estándar de catalogación RDA en Colombia. **Palabra Clave**, La Plata, v. 6, n. 2, e018, 2017. DOI: <https://doi.org/10.24215/PCe018>.

TURNER, A. RDA Training and implementation at Duke University Libraries: Minimizing the Distraction, **Journal of Library Metadata**, Estados Unidos, v. 14, n. 2, p. 69-76, maio 2014. DOI: 10.1080/19386389.2014.909671. DOI: <https://doi.org/10.1080/19386389.2014.909671>.

UBIERNA QUIROZ, A. Implementación de las RDA en Chile: pasado, presente y futuro. **Palabra Clave**, La Plata, v. 6, n. 2, e017, 2017. DOI: <https://doi.org/10.24215/PCe017>.

WEBWIKI. *In*: Wikipedia. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Wiki_-_cite_note-Britannica-1. Acesso em: 24 set. 2023.

WU, A.; GUAJARDO, R.; RODRIGUEZ, S. Large-Scale RDA enrichment of legacy data at the University of Houston System Libraries. **Cataloging & Classification Quarterly**, Filadélfia, v. 54, n. 3, p. 159-178, fev. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1080/01639374.2016.1138419>.

| 1